



A photograph of a man and a woman sitting at a table, looking down at some papers they are holding. The man has curly hair and a beard, wearing a dark shirt. The woman has long brown hair tied back, wearing a denim jacket over an apron. They appear to be discussing something important.

**Impostos e tributação:
o que todo pequeno
empreendedor precisa
saber**

Índice

Introdução.....	3
A importância do conhecimento tributário.....	4
A tributação no Brasil.....	6
As principais questões para entender os impostos e tributação para pequenas empresas.....	8
Os impactos da falta de conformidade fiscal.....	15
Os erros a serem evitados.....	16
Conclusão.....	20
Sobre o SEBRAE Pernambuco.....	21



Introdução

Para o empreendedor que deseja lucrar e ter um empreendimento competitivo, os impostos devem ser encarados com seriedade — e não apenas como um assunto possivelmente chato. Compreender a tributação é o primeiro passo para uma gestão financeira saudável e para evitar armadilhas que podem comprometer a sustentabilidade da empresa.

Pensando nisso, preparamos este e-book com a missão de **simplificar o complexo universo da tributação para pequenos empreendedores**. Vamos explicar conceitos, apresentar informações relevantes e mostrar as obrigações fiscais que fazem parte do dia a dia das pequenas empresas. Boa leitura!

A importância do conhecimento tributário



Você pode até se perguntar: **por que eu deveria entender de tributos?** Não é a equipe de contabilidade que faz tudo? Bom, nem sempre as micro e pequenas empresas poderão se dar ao luxo de delegar essas tarefas a uma equipe especializada. Assim, aprender um pouquinho sobre esse universo é a melhor forma de manter a empresa regularizada.

O principal objetivo de adquirir conhecimento tributário é manter o empreendimento em dia com todas as obrigações fiscais — no jargão técnico da área, a missão é “se manter em conformidade”.

Uma empresa com problemas fiscais enfrenta barreiras para atrair sócios e investidores, obter financiamento de órgãos de fomento ao comércio (como o BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e empréstimos de grandes bancos. **Será difícil até mesmo vender o empreendimento ou fechá-lo.**

Isso porque uma empresa em falência não pode fechar enquanto não quitar todas as suas dívidas. Primeiro, será preciso liquidar a empresa, o que envolve o pagamento aos credores.



A tributação no Brasil



Em primeiro lugar, é importante entender a diferença entre imposto e tributo: **o primeiro faz parte do segundo**. Os tributos abrangem os impostos, além de contribuições e taxas.

Ambos têm natureza obrigatória, são instituídos por lei e cobrados pelo Estado — **na esfera municipal, estadual ou federal, a depender de cada um**.

Impostos são coletados para financiar as atividades gerais do governo, sem uma contrapartida direta em um serviço específico. A arrecadação do Imposto de Renda, por exemplo, é aplicada em serviços de educação,

saúde e segurança. Como os impostos fazem parte dos tributos, vamos empregar os dois termos como sinônimos ao longo do texto, para facilitar.

O Brasil é um dos países com maior carga tributária do mundo. Por isso, há uma infinidade de impostos para empreendedores de todos os portes. Sendo assim, neste e-book, vamos nos concentrar nos principais impostos para uma empresa de pequeno porte. Confira cada um deles

- **IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica)** — imposto federal sobre o lucro, com alíquotas variáveis de acordo com cada regime tributário;;
- **CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)** — contribuição para a Seguridade Social, calculada sobre o lucro líquido e vinculada ao regime do IRPJ;
- **PIS (Programa de Integração Social)** — contribuição para a Seguridade Social, com alíquotas de 0,65% a 1,65% dependendo do regime;
- **COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social)** — contribuição previdenciária sobre a receita, com alíquotas de 3% (para o regime tributário Simples Nacional) ou 7,6%;
- **CPP (Contribuição Previdenciária Patronal)** — contribuição do empregador para o INSS, inclusa no Simples Nacional ou 20% sobre a fórmula;
- **IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados)** — imposto federal sobre produtos industrializados, com prazos de apuração específicos;
- **ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços)** — cobrança estadual que incide sobre a movimentação de mercadorias, com regras e alíquotas por estado;
- **ISS (Imposto sobre Serviços de qualquer natureza)** — imposto municipal sobre serviços, com alíquotas que variam entre 2% e 5%.

As principais questões para entender os impostos e tributação para pequenas empresas



Agora que você conheceu o conceito de impostos e tributos e as principais cobranças para um pequeno empreendedor, vamos esclarecer outras dúvidas comuns em relação ao universo tributário. Siga conosco!

Quais são as diferenças entre os regimes tributários?

Durante a listagem dos impostos para pequenos empresários, você deve ter notado que mencionamos que as condições variam de acordo com cada regime. Mas o que é isso, afinal?

O regime tributário define as normas para calcular e pagar os impostos

de empresas, além de determinar as obrigações e declarações a serem enviadas ao governo. Atualmente, são 3 opções no Brasil: **Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real.**

Esses regimes se diferenciam principalmente pela forma de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), além de outros tributos e obrigações. Vamos conferir um resumo de cada um:

- **Simples Nacional** — regime simplificado e unificado para micro e pequenas empresas com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões. Re却he diversos tributos (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, CPP, ICMS, ISS) em uma única guia (chamada de DAS), com alíquotas progressivas conforme a receita bruta e atividade desempenhada. É a melhor opção para quem não tem muito tempo para lidar com burocracia, mas pretende manter as obrigações fiscais em dia;
- **Lucro Presumido** — já esta opção atende empresas com faturamento anual de até R\$ 78 milhões que não são obrigadas ao Lucro Real. O IRPJ e a CSLL são calculados tendo uma presunção de lucro como base. Tanto PIS como COFINS são cumulativos, o que significa que as compras da empresa não geram abatimentos desses impostos;
- **Lucro Real** — esse regime tem uma característica única: é obrigatório para empresas que tenham um faturamento anual superior a R\$ 78 milhões, assim como para instituições financeiras e outras atividades específicas. Portanto, ele não é utilizado por pequenos empreendedores, mas é importante entender que ele existe.

O Simples Nacional tende a ser a opção mais adequada para empresas com faturamento anual dentro do limite de R\$ 4,8 milhões, como muitos

pequenos negócios brasileiros. Ao ultrapassar essa faixa de receita, o empreendedor pode considerar o Lucro Presumido.

Quais são as obrigações e quais os deveres?

Conheça as principais obrigações e deveres do pequeno empreendedor brasileiro.

Inscreva-se no CNPJ

Esse é o registro oficial para fins fiscais, permitindo o acompanhamento por parte dos órgãos oficiais de controle. **Também é fundamental para emitir notas fiscais e contratar funcionários.**

Já que tocamos nesse ponto, a emissão de notas fiscais também é obrigatória, mas falaremos mais disso daqui a pouco.



Escolha o regime tributário

Como vimos até aqui, o regime tributário escolhido estabelece como a empresa pagará seus impostos. Uma decisão correta **influencia diretamente a saúde financeira do negócio** — e a capacidade de escapar de alguns tributos, legalmente.

Emita as notas fiscais

A cada serviço prestado e/ou produto vendido, será preciso emitir uma nota fiscal. Para mercadorias, é a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), já para serviços, é a NFS-e, a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica.

Pague os impostos

Para adeptos do Simples Nacional, os tributos são unificados e pagos por meio de um documento conhecido como [DAS](#), o Documento de Arrecadação do Simples Nacional. Já para o Lucro Presumido, **será necessário arcar com alguns impostos separados.**

Cumpra as obrigações acessórias

As obrigações acessórias envolvem o envio de declarações e documentos fiscais relevantes aos órgãos de controle.

Nesse sentido, algumas delas são: Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS), Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP), Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF).

Talvez você não precise arcar com todas elas, a depender do regime tributário, mas vale a pena conhecê-las para evitar surpresas negativas.



Gerencie a folha de pagamento e os encargos trabalhistas

Ao contratar funcionários, o pequeno empreendedor deve registrá-los corretamente, elaborar a folha de pagamento mensalmente e recolher os encargos trabalhistas.

Podemos citar o **INSS** (contribuição previdenciária), **FGTS** (depósito mensal de 8% do salário), **13º salário e férias** (direito anual do trabalhador).

Esteja em dia com as certidões negativas

Apesar do que o nome pode sugerir, na verdade as certidões negativas são **documentos que comprovam que o seu empreendimento está em**

relação às obrigações impostas pela legislação.

Quando você está regularizado, seu negócio fica habilitado para participar de licitações e firmar contratos com grandes empresas. Entre as principais, podemos citar a Certidão Negativa de Débitos (CND), que mostra que o empreendimento paga seus tributos federais.

Por sua vez, a Certidão de Regularidade do FGTS comprova que o FGTS dos seus funcionários está sendo recolhido da maneira correta.

Utilize o eSocial

O eSocial é uma plataforma que reúne informações sobre as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias. Toda empresa que tem funcionários precisa utilizar o sistema para enviar dados sobre admissões, desligamentos, folha de pagamento e encargos trabalhistas.

Vale lembrar que os MEIs (Microempreendedores Individuais) também precisam enviar a Declaração de Faturamento Anual, **reunindo o valor combinado de todos os serviços que prestaram de janeiro a dezembro.**

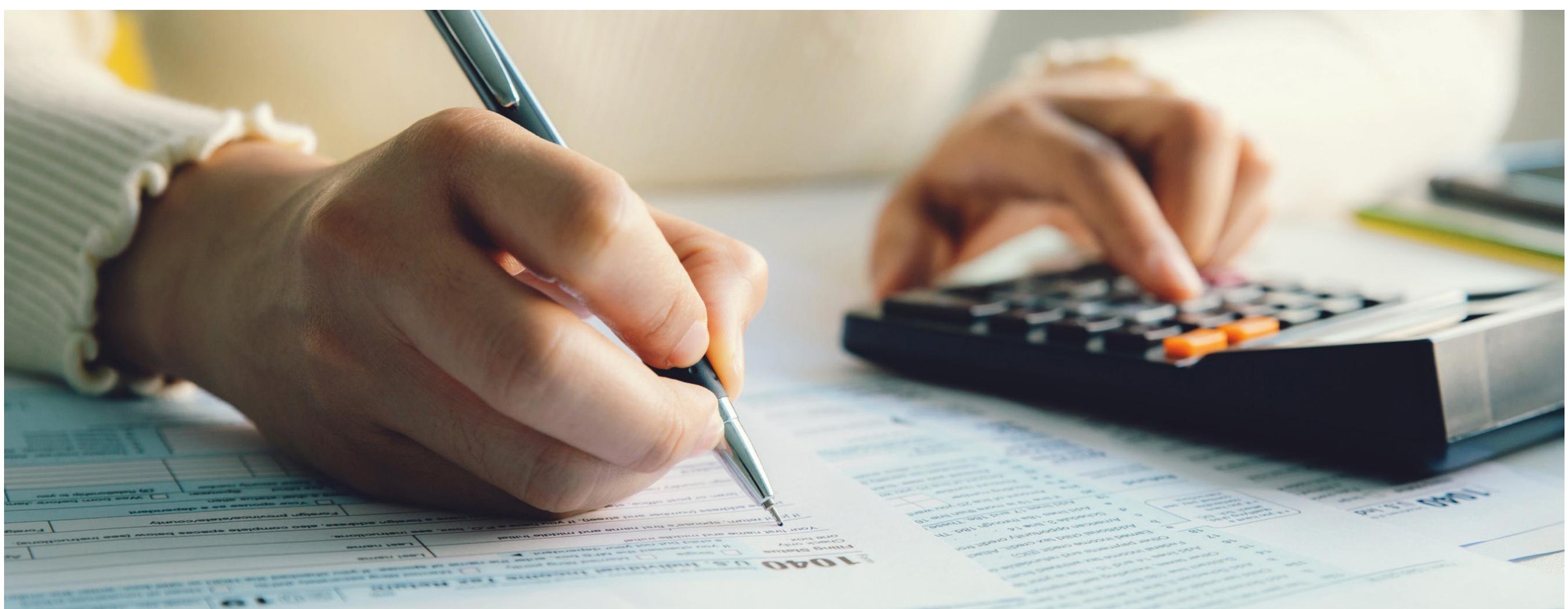
Como pagar menos impostos legalmente?

É possível arcar com menos impostos e ainda manter a empresa em conformidade com a lei? **Felizmente, a resposta é sim.**

Uma das maneiras é escolher o regime tributário adequado, entre os três da legislação brasileira. Mas esse é só o primeiro passo. A redução legal

de impostos exige um planejamento operacional minucioso, abrangendo a organização financeira, a análise de custos e a identificação de práticas que diminuam a tributação.

A correta contabilização de todas as despesas é imprescindível, pois gastos operacionais devidamente documentados podem abater a base de cálculo dos tributos. Além disso, revise o faturamento e impostos pagos regularmente, **uma vez que pequenos ajustes em operações podem evitar tributações elevadas**. Outra dica é estar atualizado em relação à legislação, para prevenir problemas.



Por último, preste atenção à possibilidade de utilizar créditos tributários. É possível, por exemplo, arrecadar créditos tributários relacionados a impostos como ICMS, PIS e COFINS sobre determinadas compras que você faz para o negócio, como no caso de insumos.

A recuperação desses créditos tributários é feita eletronicamente, por meio do [Per/Dcomp](#) (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Compensação), no sistema da Receita Federal, otimizando a gestão financeira da empresa.

Os impactos da falta de conformidade fiscal



A não conformidade fiscal **pode acarretar multas severas e até o fechamento da empresa por irregularidades**. Mais grave do que os custos financeiros, a situação irregular da Inscrição Estadual (IE) ou do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) impede a continuidade das operações.

Além disso, a falta de planejamento tributário prejudica a reputação da empresa, afastando clientes e parceiros — consequências que inviabilizam novas oportunidades de fechar vendas.

Os erros a serem evitados



Agora que você conheceu os principais impostos cobrados de [pequenos empreendedores](#), entendeu a importância de conhecer mais sobre tributação e os problemas causados por uma gestão falha, podemos fechar o nosso e-book com chave de ouro. Conheça os principais erros a serem evitados!

Omissão de receitas

Informações imprecisas sobre as suas receitas levam a erros no faturamento. **Sim, por falar nisso, esses dois conceitos não são sinônimos no universo tributário.**

Isso porque o faturamento corresponde ao valor total das vendas feitas antes que você desconte os impostos. Já a receita é a quantia que você encontra ao retirar os tributos devidos.

Mais importante do que entender essa diferença é saber que o Fisco (um dos sinônimos para órgãos de controle, geralmente utilizado para identificar a Receita), cruza dados bancários para identificar omissões de receitas. Isso gera multas e prejudica a reputação da sua empresa, junto aos clientes e parceiros.

Escolha do regime tributário inadequado

Escolher um regime tributário errado eleva a carga de impostos a pagar, reduz a capacidade de investimento e afeta a produtividade geral — afinal, você terá mais gastos e não sobrará muito para gastar e expandir as suas operações.

Por isso, é fundamental verificar os requisitos para cada regime. Como vimos, a escolha para pequenos empreendedores fica entre o Simples Nacional e o Lucro Presumido. Caso ainda tenha dúvidas, é uma boa ideia consultar um contador experiente, que poderá personalizar a sua decisão.

Atrasos no pagamento de tributos

O atraso, mesmo pequeno, gera multas e juros, prejudicando as finanças e dificultando acesso a financiamentos governamentais, **além de limitar a capacidade de acompanhar tendências e inovar.**

Contas mescladas

Um dos erros financeiros mais clássicos, que pode gerar problemas em relação às obrigações fiscais, **é misturar finanças da empresa com o seu dinheiro pessoal.**

Além de trazer problemas para as suas próprias contas, isso dificulta o trabalho de contabilidade, o controle de despesas e o pagamento de tributos em dia. Afinal, sem separar as contas, você pode pensar que determinada quantia pertence a si mesmo, e não ao empreendimento.



Atendimento inadequado à fiscalização

Falhas no fornecimento de informações à Receita Federal resultam em multas elevadas, que podem chegar até a 225% do imposto devido. Além disso, administradores e sócios estarão vulneráveis à penalização criminal individual.

Planejamento tributário ineficiente

Ignorar um planejamento financeiro adequado impede a empresa de encontrar formas legais e econômicas de pagar tributos, **colocando-a em desvantagem competitiva em relação a concorrentes que não pecam nesse quesito.**

Imagine duas empresas de pequeno porte: uma delas cumpre as obrigações fiscais, já a outra não se preocupa com isso. Inevitavelmente, o empreendimento número 1 tem muito mais chances de lucrar e sobreviver por mais tempo, uma vez que suas contas são mais equilibradas.





Conclusão

Ao longo do e-book, explicamos os conceitos fundamentais da tributação no Brasil e os principais impostos praticados, principalmente no contexto das pequenas empresas. Com esta leitura, ficou mais fácil entender a importância de manter as obrigações fiscais em dia.

Para pequenos empreendedores, essa questão é ainda mais importante. Uma multinacional pode sobreviver mesmo ao arcar com uma multa, por exemplo, mas isso é bem mais difícil para um negócio em crescimento.

Portanto, siga as dicas que trouxemos e boa sorte!

Para conferir mais conteúdos como este, siga as nossas redes sociais: estamos no [Instagram](#), no [Facebook](#), no [YouTube](#) e no [LinkedIn](#)!

Sobre o SEBRAE Pernambuco



O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é uma entidade privada desenvolvida com o intuito de auxiliar os empreendedores na gestão e no crescimento dos negócios. Temos unidades em todo o território nacional e ampla experiência de mercado.

Buscamos construir oportunidades em conjunto, oferecendo capacitações, oficinas, consultorias e diversos serviços para auxiliar empresários a alcançar prosperidade nos negócios. Atuamos nas frentes de fortalecimento do empreendedorismo e no estímulo à formalização dos negócios, buscando a criação de soluções criativas junto aos empresários.